

Constituinte: surgem novas dificuldades.

O governo não vai retirar do Congresso a emenda Sarney, que convoca a Constituinte, apesar de o relator da proposta na comissão mista, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), ter advertido sobre o crescimento da mobilização para rejeitá-la — assegurou, ontem, o secretário de Imprensa da Presidência da República, Fernando César Mesquita. Bierrembach, que pretendia divulgar seu parecer sobre a matéria no dia 2 de outubro, decidiu pedir prorrogação de prazo para apresentá-lo.

As preocupações do governo na convocação da Constituinte — segundo fontes qualificadas — se concentram na subemenda do deputado Jorge Uequet (PMDB-RS), que determina a reintegração de todos os militares punidos, ainda que administrativamente, por força de legislação autoritária. Já na próxima reunião do Conselho Político na terça-feira, o presidente Sarney espera ter uma avaliação segura quanto à tendência das bancadas em relação à proposta de Uequet, que permita a adoção da estratégia menos desgastante para os líderes governistas trabalharem por sua rejeição.

De acordo com a fonte, o Palácio do Planalto concorda totalmente com as restrições feitas à subemenda Uequet pelos Ministérios da Marinha e Aeronáutica. Representantes das três Armas que conversaram com Bierrembach alegam que a reintegração traria uma série de problemas de difícil solução para as Forças Armadas.

Ontem, a comissão mista encarregada de apreciar a emenda ouviu o último depoimento sobre o assunto, do consultor-geral da República, Paulo Brossard. Ele manifestou preferência por um Congresso constituinte, salientando que uma assembléia exclusiva não significa "um agrupamento de santos e de impecáveis". Para conciliar o trabalho constituinte com a legislação ordinária, ele apresentou duas sugestões: o presidente da República arcaria com a legislação e, em caso excepcional e com o intuito de dividir responsabilidades, solicitaria à Constituinte a apreciação de determinada matéria. Ou então o Congresso reservaria um dia da semana para apreciar projetos.

Organizar as estatais

Ao frisar que a Constituição deve ser elaborada em no máximo seis meses, Brossard disse que o País não pararia com a diminuição da atividade congressual, até porque há um número enorme de leis no País.

Sobre a presença dos senadores eleitos em 82 na Constituinte, o ex-senador acha que eles deveriam ter apenas voz, e não voto, nas decisões dos constituintes.

Considerou ainda dois aspectos essenciais na futura Carta Magna: estabelecer a organização dos poderes e sua relação com a sociedade e resolver o problema das empresas estatais, que, a seu ver, permanecem imunes às mudanças de governo e às eleições do Congresso, formando uma espécie de ilha concentradora de muito poder.

Já o professor Josaphat Marinho, em palestra no simpósio sobre temas constitucionais promovido pela Comissão de Justiça da Câmara, afirmou que os futuros constituintes não devem ter medo de renovar o princípio de separação dos poderes, "dando-lhes" a configuração que for propícia aos novos tempos, com o objetivo de garantir ao povo o exercício da soberania nacional, através de seus órgãos representativos".

Lembrou que o mundo está em processo de socialização e que esta "inclinação" é evidente "como forma de conter o desequilíbrio social e a rebeldia das grandes massas sociais". Uma forma de participação popular, na opinião de Josaphat Marinho, seria a adoção da "lei de planos", pela qual o executivo consultaria a opinião pública sobre a conveniência ou não de determinadas medidas legislativas.

Em Brasília, a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — divulgou um comunicado dirigido a todos os bispos brasileiros alertando para "a crescente estranheza de camadas cada vez mais amplas da população, diante da eventualidade de uma Assembléia Nacional Constituinte profundamente marcada por vícios de épocas anteriores". A CNBB assinala que tal situação "pode cavar um fosso profundo entre o Congresso e o povo, com conseqüências negativas para o Poder Legislativo e a própria Constituinte".

Na nota, os bispos pedem ainda que se façam, no dia 12 de outubro próximo, orações pelo adequado encaminhamento da Constituinte, lembrando que a tarefa da Igreja nesse processo é de conscientizar o povo e estimular a mobilização.